

Eixo Temático: Estratégia e Internacionalização de Empresas

**AS DISTINTAS ESTRATÉGIAS (RE)PRODUTIVAS: UM OLHAR NA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CORONEL BARROS – RS**

**THE PRODUCTIVE (BREEDING) STRATEGIES: A LOOK AT THE FAMILY
FARM IN THE MUNICIPALITY OF CORONEL BARROS-RS**

Tamires Elisa Bieger, Rodrigo Duarte Faccin, Rodrigo Luis Schiavo e Renan Valandro Alves

RESUMO

A agricultura familiar é a grande responsável pelo abastecimento alimentar no país e a base econômica do município em estudo, trabalhando principalmente, na produção de alimentos, e otimizando os recursos disponíveis na unidade de produção, a produção familiar caracteriza-se pela associação: família, produção e trabalho. No entanto a produção, na maioria das vezes de pequena escala, tem dificultado a competição e permanência do agricultor no mercado agrícola, exigindo distintas formas de organização, na medida social e no que tange a propriedade os sistemas de produção praticados pelo grupo. A partir da ruralidade do município o presente estudo tem por objetivo a identificação das estratégias (re)produtivas dos agricultores familiares localizados no município de Coronel Barros, localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Para atingir o objetivo proposto serão analisados os diferentes tipos de categorias sociais de agricultores e as dinâmicas desenvolvidas pelos grupos sociais presentes, utilizando-se dos princípios da metodologia de Análise e Diagnóstico de Sistemas Agrários. Ao longo da pesquisa foram identificadas três categorias sociais de agricultores: a tipologia de agricultores patronal, familiar e minifundiário.

Palavras-chave: Minifundiários, Sistemas de Produção, Categorias Sociais, Agricultura.

ABSTRACT

Family agriculture is largely responsible for the food supply in the country and the economic base of the city, working mostly in food production, and optimizing the available resources in the production unit, the household production is characterized by the Association: family, work and production. However the production, mostly of small scale, has hindered competition and permanence of the farmer in the agricultural market, requiring different forms of social organization, as and when it comes to property prices of the production systems group. From the rurality of the municipality the present study aims at identifying the (re) productive strategies of family farmers located in the municipality of Coronel Barros, located in the Northwest of the State of Rio Grande do Sul. To achieve the objective will be analyzed the different types of social categories of farmers and the dynamics developed by social groups present, using the principles of the methodology of analysis and diagnosis of Agrarian Systems. Along the research were identified three social categories of farmers: the typology of farmers family and employers exerted considerable.

Keywords: Minifundiários, Production systems, Social Categories, Agriculture.

INTRODUÇÃO

A afirmação política, institucional e acadêmica da agricultura familiar vem marcando um revigoramento dos estudos rurais quanto a essa categoria social. Esse reconhecimento traz consigo um processo de transformações estruturais do espaço rural. A agricultura familiar emerge principalmente, na produção de alimentos e a otimização dos recursos disponíveis na unidade de produção, caracterizada pela associação da família, produção e trabalho, derivando em termos de tempo e espaço, uma grande diversidade de formas sociais. No entanto a produção, geralmente, de pequena escala, tem dificultado a competição e permanência do pequeno agricultor no mercado, exigindo do mesmo, variadas formas de organização tanto na propriedade como dos sistemas de produção praticados na propriedade familiar.

A discussão sobre a diversidade agrícola nos pequenos municípios é desafiadora, no que tange compreender as distintas trajetórias em que segue o desenvolvimento rural. As estratégias (re)produtivas permitem refutar a tendência homogeneizante preconizada pela modernização agrícola e demonstrar que os agricultores são capazes de construir projetos próprios, condizentes com as peculiaridades rurais locais e de suas condições materiais e simbólicas. Associado ao protagonismo dos agricultores na diversificação do repertório de estratégias articuladas com vistas a reproduzir suas unidades de produção.

Neste contexto o presente estudo tem por objetivo, a identificação das estratégias (re)produtivas dos agricultores familiares localizados no município de Coronel Barros, localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Desse modo, são analisados os diferentes tipos de categorias sociais de agricultores e as dinâmicas desenvolvidas por esses grupos sociais presentes, com enfoque especial para a categoria de minifundiários. Além de uma breve reflexão e análise quanto às perspectivas futuras para cada categoria social de agricultores identificados no município. Convém esclarecer ainda que o estudo se fundamenta na Teoria de Sistemas Agrários, através do método de Análise Diagnósticos de Sistemas Agrários – ADSA.

1. AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

As discussões em torno de um conceito de agricultura familiar e a sua importância para o desenvolvimento do país vem ganhando espaços nos últimos anos. Definir agricultura familiar pressupõe descrever alguns indicadores que a distingue, dentre as quais de que as “unidades familiares funcionam, predominantemente, com base na utilização da força de trabalho da família e de seus membros, podendo contratar, em caráter eventual ou temporário, outros trabalhadores” (SCHNEIDER, 2005, p.25).

Na análise de Wanderley (2001, p.29), a agricultura familiar é entendida como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção (produzindo para seu consumo e para o mercado), assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Da mesma linha de pensamento, Tedesco (2001) também acrescenta os meios de produção da propriedade, o trabalho na terra e o uso da mão-de-obra familiar.

[...] prevalece a informalidade em planejamento, coordenação, direção e controle da produção e demais atividades, cujos objetivos são orientados, prioritariamente, para a reprodução das condições e da força de trabalho familiar. Desenha, pois, uma estratégia voltada para a segurança alimentar da família, buscando minimizar risco, aumentar a renda total da família, garantir o emprego da mão-de-obra familiar, investir na melhoria e ampliação das condições de trabalho e da produção (FURTADO e FURTADO, 2000).

No Brasil na década de 90 cresceu o debate em torno da agricultura familiar ganhando visibilidade política e social, com a implantação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esse programa é caracterizado pelas políticas públicas específicas para os agricultores familiares iniciado em 1995, pela pressão política dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e demais movimentos sociais ligados ao campo, como a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura).

A fundação do PRONAF definiu pela primeira vez no Brasil, a destinação de recursos econômicos financiados pelo Estado para os agricultores enquadrados nesse segmento, com o intuito de fortalecer a produção agrícola e a viabilidade econômica da propriedade familiar. A finalidade é estabelecer um modelo de desenvolvimento sustentável para os agricultores e suas famílias, com a intenção de somar a diversificação produtiva, empregos e renda e, logo, o bem estar social e a qualidade de vida das famílias agricultoras. Além desse objetivo, o PRONAF trouxe o prestígio social de uma “nova” categoria no meio rural brasileiro: a de agricultor familiar.

Para os fins de financiamentos no PRONAF, o Manual de Crédito Rural (2001) descreve os agricultores familiares passíveis de receber seus benefícios como sendo:

Todos aqueles que explorem e dirijam estabelecimentos rurais na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, comodatários ou parceiros, desenvolvendo naqueles estabelecimentos atividades agrícolas ou não agrícolas e que atendam simultaneamente os seguintes requisitos: 1 – não possua, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor; 2 – utilizem predominantemente mão-de-obra da família nas atividades do empreendimento ou estabelecimento; 3 – residam no próprio estabelecimento ou em local próximo (MANUAL DE CRÉDITO RURAL, 2001).

No entendimento de Tedesco (2001, p.33), considera a agricultura familiar como “a diversidade de manifestações de particularidades, a ótica da continuidade-redefinição das formas, valores e tradição, a família como proprietária, trabalhadora e produtora”. Na análise de Abramovay (1998), para dar conta das demandas da agricultura familiar em termos de políticas públicas, financiamentos, investimentos, ações de extensão rural, é necessário considerar e reconhecer suas diferenciações internas e não tomar a agricultura familiar como um bloco compacto e homogêneo. Na caracterização e conceituação do termo agricultura familiar Abramovay (1997), considera três características básicas importantes: gestão, propriedade e trabalho familiar. Na definição de Abramovay para a agricultura familiar:

a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997, p.03).

Dessa forma, as relações entre os principais atributos conferem ao meio rural familiar particularidades, nos âmbitos econômicos, culturais e também de sociabilidade. A gestão, o trabalho e a família também aparecem como fundamentais na concepção elaborada por Lamarche (1993, p.15), o qual afirma: “a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho está intimamente ligado à família”.

A organização interna familiar como base na interdependência dos fatores trabalho, família e gestão dos estabelecimentos Lamarche (1993) define como noções mais abstratas e

complexas no interior dos estabelecimentos com o intuito de garantir o prosseguimento dos mesmos, tais como a transferência do patrimônio e a reprodução da exploração, ou seja, a reprodução social das famílias rurais.

Carneiro (1997), abrange a agricultura familiar aos aspectos sociais mais modernos como um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo que se expressa em novas formas de organização da atividade agrícola como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante. Não se trata, portanto, para a autora, de um processo inexorável de descaracterização dos núcleos rurais, mas da sua reestruturação a partir da incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais. A lógica territorial passa a ser respeitável neste novo contexto por que vai tentar abranger todos os setores na busca por um desenvolvimento mais equitativo. Dessa forma, essa lógica permite também extrapolar o limite dos municípios, estimulando a inter-relação e a construção de estratégias em escala regional (SARACENO, 1997).

2. METODOLOGIA

Para Gil (2010) uma pesquisa pode ser definida como “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Para atingir o objetivo proposto no estudo, optou-se por identificar os principais tipos de categorias sociais e os sistemas de produção dos agricultores presentes no município de Coronel Barros, localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

O estudo seguiu as orientações metodológicas a partir do método de Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários – ADSA. A proposta metodológica do ADSA permite demonstrar por meio de etapas progressivas no sentido do geral para o particular. A abordagem de Sistemas Agrários tem como objetivo principal de “identificar e classificar hierarquicamente os elementos de toda natureza (agroecológicos, técnicos, socioeconômicos...) que mais condicionam a evolução dos sistemas de produção e compreender como eles interferem concretamente nas transformações da agricultura” (DUFUMIER, 2007, p. 58).

Para tanto, houve uma primeira configuração do espaço rural de Coronel Barros, com a identificação das categorias sociais de agricultores. Essa configuração do espaço deu-se baseada nas entrevistas realizadas a informantes qualificados do município, ou seja, representantes da secretária de agricultura, do sindicato dos trabalhadores rurais e Emater/RS. Concomitante realizaram-se percursos sistemáticos a campo.

3. O MUNICÍPIO DE CORONEL BARROS: UMA VIAGEM PELO RURAL E SUAS PARTICULARIDADES

Povoado inicialmente por caboclos, o território do atual município de Coronel Barros, era coberto por mata nativa e campos. Em 1915, quando homens das famílias Freüdenberg, Krombauer, Wunsch, provenientes das colônias velhas, municípios de Venâncio Aires e Estrela, travessaram o Rio Conceição, abriram as primeiras lavouras da colônia nova. A ocupação das terras, deu-se no sentido de leste para oeste, ou seja, da sede de Ijuí, Linha 6, 7 e 8 oeste, seguindo progressivamente até a sede de Povoação Barros. A margem esquerda do Rio Ijuí, linhas 6 a 8, localizaram-se descendentes de espanhóis. Na linha 8 oeste, descendência Teuto- Germânica, na Linha 11, um núcleo de Poloneses, que construíram a primeira Igreja da Região, mas posteriormente transferiram-se para Guarani das Missões.

O município foi gradativamente desbravado, vindo mais colonizadores, abrindo clareiras na mata, surgindo às lavouras de subsistência, casas rústicas coloniais e pequenas

criações. Inicialmente a produção de subsistência era baseada em milho, feijão, suínos, batata, erva-mate, cana-de-açúcar e pequenas áreas com arroz, com venda de excedentes, e aos poucos incluem-na propriedade atividades voltadas para o mercado consumidor.

A partir da década de 50, com o desenvolvimento da agricultura baseada no binômio soja e trigo os colonos aumentam a capacidade aquisitiva e passam a adquirir produtos manufaturados. Sendo que a abertura do comércio para os produtos agrícolas (trigo e soja) traz a consequência do abandono da policultura voltada para a subsistência em troca da monocultura para o mercado nacional.

A comunidade de Coronel Barros, além de preservar as tradições e os costumes de seus antepassados germânicos, sempre se dedicou à agricultura. Nas últimas décadas a mecanização, a diversificação e o aumento da produtividade através da aplicação de tecnologia geraram um visível crescimento econômico no município. Atualmente Coronel Barros tem sua economia baseada na produção agrícola, com destaque principal para as culturas de soja, milho, trigo e pastagens. Em segundo plano, vem à produção do leite, a pecuária de corte e a piscicultura, contando também, com uma das melhores reservas basálticas da região, exploradas por três mineradoras.

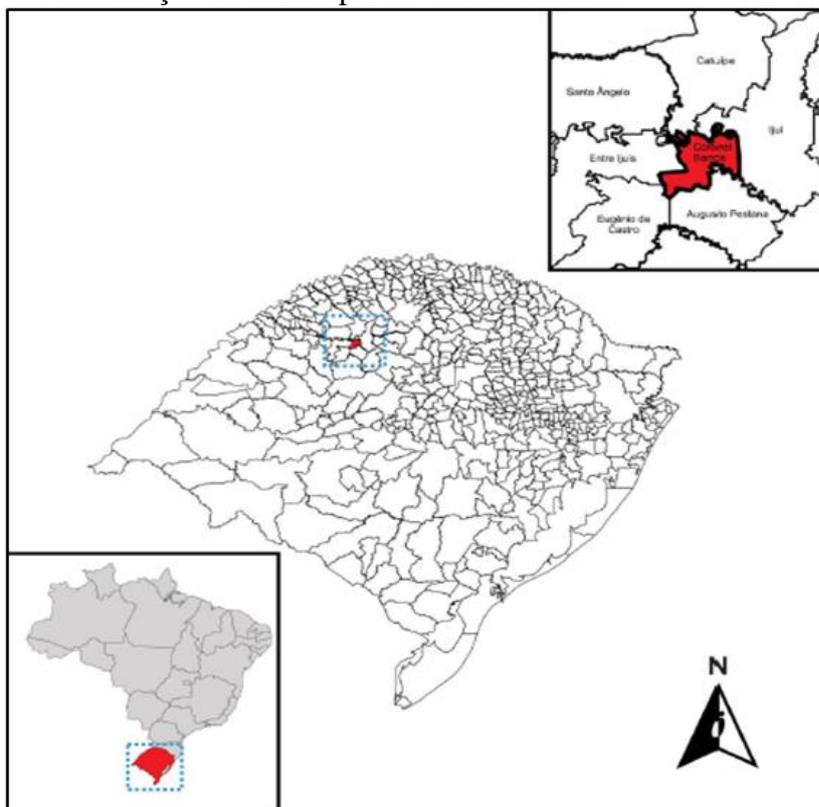
Coronel Barros é um município basicamente agrícola, assim como os outros municípios da Microrregião de Ijuí, há predominância de pequenas e médias propriedades, com uma produção agropecuária intensiva e diversificada no decorrer das estações do ano. A configuração espacial do território evidencia peculiaridades, onde apontam locais com maior possibilidade de expansão das atividades agrícolas, outras produzindo em menor expressão.

O município de Coronel Barros teve sua emancipação em 20 de março de 1992, pela Lei nº 9.575, sendo anteriormente um distrito de Ijuí, possui uma área territorial de 162,9km². O município, de acordo com a Figura 1, está localizado na Região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul, Microrregião de Ijuí, na Mesorregião Noroeste Rio-Grandense. A colonização predominantemente de alemães, se instalaram pela região atraída pela fertilidade do solo (terra vermelha) (IBGE, 2015). Segundo o mesmo instituto, o município apresenta uma área de 162,949 km² localiza-se a 20 km da cidade de Ijuí, junto a BR 285, nas coordenadas SIRGAS 2000, Latitude: -27,9998454479 e Longitude: -54,0005771349, encontrando-se a 336m do nível do mar. Limita-se ao Norte pelos municípios de Catuípe e Ijuí, ao Sul por Augusto Pestana, a Leste por Ijuí, e a Oeste pelo município de Entre-Ijuís.

A população de acordo com o último Censo Demográfico registra uma população total de 2.459 pessoas, sendo que dessas 1.366 estavam localizadas na zona rural, enquanto 1.093 residiam no perímetro urbano (IBGE, 2015). A densidade demográfica do município apresenta 15,1 hab/km², caracterizando-se em uma área pouco povoada, com um índice inferior ao encontrado para o Brasil, que é de 21 hab/km², e também inferior ao do estado, que é de 38,0 hab/km² (FEE, 2015). Por fim o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – do Município, no ano de 2010, foi de 0,744, segundo o site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O perfil socioeconômico do município, com base no Censo de 2010 (IBGE, 2015), mostra que a renda média dos domicílios do município é de 02 a 05 salários mínimos. O rendimento médio mensal real dos domicílios particulares permanentes no Brasil foi estimado em R\$ 2.419,00 em 2011, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2011 (IBGE, 2015). Em Coronel Barros, 386 domicílios possuem a média de rendimento nacional, que representa aproximadamente (44,41 %) dos domicílios municipais.

Figura 1: Mapa de localização do município de Coronel Barros



Fonte: Elaborado pelos autores

No que se refere aos solos, prenomina-se o Latossolo Vermelho Distroférico Típico (STRECK *et. al.*, 2002), determinado de basalto e arenito, com textura argilosa, relevo em predominância ondulado, substrato basáltico da unidade de mapeamento Santo Ângelo. Segundo classificação do Macrozoneamento Ambiental (2016), encontram-se na zona agrícola 02 do Estado, isto é, zona agrícola de uso intensivo no verão e inverno com soja, milho e trigo. O relevo é pouco acidentado, suavemente ondulado, o que permite mecanização na maioria das áreas. Nas áreas mais acidentadas, as matas ainda permanecem.

A Bacia Hidrográfica referente ao local é a do Rio Uruguai, da sub-bacia do rio Ijuí, e da microbacia do rio Conceição, respectivamente. O clima de Coronel Barros é classificado, segundo o método de Köppen, como Cfa (MORENO, 1961), o qual indica temperatura média do mês mais frio compreendida entre 3°C e 18°C e temperatura do mês mais quente superior a 22°C. O Município localiza-se na zona climática Cfa-II2a. A particularidade regional desta zona é representada pela a região morfoclimática da Planície do Vale do Uruguai e parte do Planalto basáltico inferior erodido, possuindo altitudes abaixo de 600 m, com temperatura média anual superior a 18 °C. O município não possui postos de observações climáticas ou postos climatológicos instalados dentro de seus limites territoriais.

Em relação à vegetação do município, conforme o Plano Ambiental (CORONEL BARROS, 2007) há vários tipos de formações florestais no município, dentre os quais se destacam: *Myrcarpusfrondosus* (cabriúva), *Cedrelafissilis* (cedro), *Tecomasp* (Ipê), *Myrciaria jaboticaba* (jaboticaba), *Prumussubcoriacea* (pessegueiro do mato), entre outros de mata subtropical alta. A cobertura florestal original do município reduziu a menos de 20%, muitos capões de florestas remanescentes sofreram com retirada de lenha, entrada de gado,

incêndios e supressão para implantação de cultivos anuais. Porém, existem pequenas reservas florestais no município, onde é possível encontrar árvores nativas das mais diferentes espécies (CORONEL BARROS, 2007).

A fauna do município de Coronel Barros de acordo com o Plano Ambiental (CORONEL BARROS, 2007), possui pequenas reservas, onde é possível encontrar exemplares de animais silvestres, como: papagaios, pombas, capivaras, pacas, veados, lebres, ouriços, tatus, entre outros. Não há um estudo específico sobre fauna no município de Coronel Barros, porém o Plano Ambiental Municipal detalha os possíveis animais presentes na região de acordo com o ecossistema local.

Outro ponto que pode ser observado é relativo à estrutura fundiária, representada na Tabela 1, é possível perceber que historicamente o município de Coronel Barros é formado por pequenos e médios estabelecimentos agropecuários. Conforme Cremonese:

Uma das principais mudanças também ocorre no número de estabelecimentos agropecuários da Região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul (RNC). Percebe-se um decréscimo dos estabelecimentos “pequenos” (menos de 50 hectares), em torno de 69% e, um crescimento em torno de 50% dos estabelecimentos “médios” (50 a 200 hectares) e dos estabelecimentos acima de 200 hectares (CREMONESE; 2006, p. 122).

Mesmo ocorrendo diminuição populacional, incorporações de áreas (venda) e ainda quando diversos produtores foram excluídos pelo sistema de modernização da agricultura (agricultores de pequeno porte onde não tinham recursos para investimentos); e áreas foram agrupadas por produtores que detinham mais capitais e crédito para investimentos, as propriedades com menores proporções de área continuam predominando no setor rural do município. O que demonstra de um modo geral, que a concentração de terras está na mão de pequenos produtores rurais, ou seja, na agricultura familiar.

Tabela 1: Estrutura fundiária no município de Coronel Barros

Tamanho da propriedade	Quantidade
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	6
De 0,1 a menos de 0,2 ha	1
De 0,2 a menos de 0,5 ha	7
De 0,5 a menos de 1 ha	1
De 1 a menos de 2 ha	15
De 2 a menos de 3 ha	9
De 3 a menos de 4 ha	17
De 4 a menos de 5 ha	14
De 5 a menos de 10 ha	65
De 10 a menos de 20 ha	141
De 20 a menos de 50 ha	156
De 50 a menos de 100 ha	52
De 100 a menos de 200 ha	8
De 200 a menos de 500 ha	3
De 500 a menos de 1000 ha	1
Total	496

Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (Censo Agropecuário: 2006).

A estrutura fundiária das 496 unidades de produção no município se subdivide em propriedades que possuíam menos de 0,1 hectares (06 unidades) até menos de 1000 hectares (01 unidade). Contudo, a maior parcela de propriedades rurais giram em torno de 05 à 50 hectares. As propriedades rurais com áreas de 05 e menos de 10 hectares perfazem um total de 13,10% das UPAs, de 10 a menos de 20 hectares tem uma média de 28,43%, já a grande parcela das propriedades com 31,45% estão entre a faixa de 20 a menos de 50 hectares.

4. CATEGORIAS SOCIAIS E OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO NO MUNICÍPIO

As diferenças que hoje se evidenciam entre os agricultores e as unidades produtivas é resultado de uma série de ações, acontecimentos e objetivos diferentes. As heterogeneidades do meio rural dizem respeito as diferentes trajetórias de acumulação, ao acesso à terra, a capitalização, ao acesso as informações e as diferentes condições ambientais e socioeconômicas. Esses fatores aliados com a racionalidade de cada tipo de agricultor fazem com que as diferenças sejam evidenciadas, no momento em que se investiga e se analisa a agricultura por eles praticada.

Importante também levar em consideração na análise das propriedades que o agricultor se organiza dentro dos limites autorizados pelos fatores de produção que a unidade de produção dispõe, tais como: a força do trabalho, conhecimento técnico, superfície agrícola, os equipamentos e o capita. Dessa forma, orientando as decisões a partir do seu interesse respeitando os limites dos diversos fatores

Levando em consideração a estrutura fundiária presente no município, acrescentado da variabilidade agroecológica e pelo nível de capitalização historicamente acumulado pelos agricultores, foi possível a identificação de três diferentes categorias sociais de agricultores, o de cunho patronal, o familiar e o de cunho minifundiário no município estudado. Inicialmente, os agricultores foram estratificados segundo as relações de produção (familiares, assalariados, patronais), de propriedade (arrendatários, meeiros, proprietário) e de troca (relação com o mercado) que eles mantêm.

As propriedades rurais enquadradas na tipologia **Patronais** são formadas basicamente por proprietários, donos dos próprios meios de produção, que participam do processo produtivo e das atividades da propriedade e na maioria das vezes dependem simultaneamente de trabalhadores assalariados para conduzir os sistemas de produção praticados. Normalmente nessa tipologia os agricultores patronais dispõem de extensas áreas agricultáveis, e em muitos casos em mais de um imóvel rural.

Especializados no cultivo de grãos, principalmente a soja, e em segundo plano milho e trigo, a categoria formada, não apresenta grandes variações nos sistemas de produção praticados nessa tipologia. De forma geral, seus sistemas se caracterizam por conciliar terra própria com terras arrendadas de terceiros, dispondo de todos os meios de produção necessários para viabilizar as atividades da propriedade, as quais são realizadas com tração mecanizada completa e utilizando de inovações tecnológicas nas atividades que exercem. Além do uso de trabalho familiar, agrega também empregados fixos e temporários, dada a sazonalidade das atividades agrícolas. Estas unidades apresentam também uma tradição na atividade da pecuária extensiva, que ao longo dos anos tem dividido sua importância com a produção de grãos.

As propriedades rurais de cunho **Familiar** têm como principal característica a gestão dos recursos geridos na propriedade e do trabalho realizados diretamente pelo proprietário e sua família, contratando, eventualmente mão-de-obra, como forma de ajuda. Normalmente as áreas dessa tipologia são concentradas em um único imóvel rural ou no caso de mais de um imóvel rural, esse não é distante da sede da propriedade.

Essas propriedades ainda se apresentam com um dinâmica de variabilidade nos sistemas de produção, e na maioria das vezes tendo a pecuária leiteira como pilar central de fonte de renda. São desenvolvidas também atividades ligadas ao cultivo de grãos, pecuária de corte e cultivos de subsistência, doação e reciprocidade. No entanto a pecuária leiteira, afirmou-se como uma das principais e mais rentáveis atividades nessa tipologia, por sua característica de agregação de renda mensal, também por ser desenvolvida em áreas menores, máximo de 35 hectares, utilizando-se de pastagens cultivadas, para complementação alimentar do rebanho,

bem como de ordenhadeira e resfriador no processo produtivo. Além do leite, os agricultores familiares desenvolvem cultivos e criações em pequena escala, destinados a subsistência do grupo familiar.

Já os genericamente denominados na tipologia de **Minifundiários**, são a categoria formada por pequenos agricultores que dispõe de pouca área de terra, ou em alguns casos de nenhuma no caso dos meeiros e arrendatários. Em muitos casos para o desenvolvimento das atividades agrícolas necessitam ajuda de vizinhos ou da própria prefeitura (tratores e implementos). Em algumas propriedades um ou mais membros da família complementam a renda familiar com a venda da força de trabalho em outras propriedades agrícolas ou até mesmo nos centros urbanos, dependendo assim, fortemente do trabalho assalariado.

Essa tipologia se caracteriza principalmente por apresentarem restrições nas extensões de áreas, propriedades girando em torno de 15 hectares e baixa capitalização. Estes agricultores também se caracterizam na venda de parte da mão-de-obra familiar e na diversificação das atividades produtivas como uma estratégia de sobrevivência no meio rural, evitando assim, o processo migratório de toda a família para o meio urbano. As localizações das propriedades rurais dessas tipologias se concentram em áreas pouco propícias e de baixa fertilidade para o desenvolvimento de muitas atividades agrícolas, ou seja, em áreas de declive acentuadas, nas margens do rio Conceição e Ijuí, ou até mesmo nas divisas municipais.

Frente as realidades apresentadas, o tem como foco as estratégias utilizadas pela categoria dos minifundiários, pelo fato, de que mesma apresenta maior instabilidade frente aos demais. A diversificação da produção agrícola e de atividades não agrícolas pareceu de imediato à melhor e única alternativa que se apresentava a essa tipologia, uma vez que não exigia grandes investimentos. Dessa maneira esses agricultores juntamente com entidades de assistência técnica do município Coronel Barros, buscaram trabalhar com culturas mais intensivas em mão-de-obra e culturas que aproveitassem períodos de sazonalidade da atividade agrícola, onde os mesmos prestavam serviços fora da propriedade rural.

Nos primeiros resultados do incentivo a diversificação da produção aos agricultores minifundiários do município em estudo, podem ser visualizados tanto nas propriedades, como nos resultados da produção agrícola municipal (IBGE), observa-se alguns desses dados na Tabela 2.

Tabela 2: Lavoura temporária no município de Coronel Barros

Lavoura temporária	Quantidade produzida (quilogramas por hectares)				
	1995	2000	2005	2010	2014
Alho	2.000	2.000	2.500	2.500	3.000
Amendoim (em casca)	1.400	1.000	1.000	2.000	2.000
Cana-de-açúcar	20.000	20.000	15.000	40.000	40.000
Cebola	-	6.000	6.000	4.000	5.000
Cevada (em grão)	900	1.300	1.000	-	2.000
Feijão (em grão)	600	583	666	833	1.000
Mandioca	15.000	15.000	12.000	20.000	20.000
Melancia	4.000	3.000	18.000	10.000	20.000
Melão	4.000	1.500	2.000	2.000	6.000

Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (Produção Agrícola Municipal).

Frente à diversificação de produções existente e situado ao lado de um centro consumidor em potencial (município de Ijuí), os agricultores minifundiários do município passaram a organizar-se em associações para suprir as demandas de alimento, principalmente na Feira do Produtor que ocorre diariamente, situada nas margens da BR 285. As atividades de transformação de produtos e comercialização para a feira, tais como: queijo, salame, defumados, pães,ucas, bolachas, artesanato, além de outros produtos. No entanto essas

atividades diversificadas, utiliza nenhuma ou pouca área da propriedade, agregando um valor considerável a unidade de produção, garantindo assim um significativo resultado econômico. Cabe ressaltar ainda as associações de pequenos agricultores informais com o auxílio no acesso ao crédito e na aquisição de equipamentos em grupo, bem como melhorias nos preços dos insumos adquiridos. Normalmente esses produtores já têm suas propriedades organizadas para que haja produção o ano todo e percebe-se singelas iniciativas no sentido de agroindustrializar a produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o estudo é possível notar que o setor da agricultura patronal, no município de Coronel Barros, se mostra bastante especializado, com a soja como principal cultura. O sistema produtivo a partir da larga escala, tem proporcionado bons rendimentos aos agricultores permitindo um nível de capitalização razoável ao longo dos anos. Dessa maneira, a produção é basicamente destinada para comercialização, intermediada por Cooperativas e empresas privadas, onde sua produção é beneficiada fora do município, fazendo com que não haja agregação de valor ao produto.

No que se tange à produção animal, destaca-se a atividade leiteira, entre a tipologia de produtores familiares. Essa atividade tem se constituído como uma importante fonte geradora de emprego e renda nas famílias, mas ainda são evidenciados problemas quanto a genética dos rebanhos e alimentação. Atualmente percebe-se uma exigência, por parte das empresas em relação aos níveis de escala, acrescido das exigências legais definidas pelas instituições governamentais, que ajudam a empurrar amplos contingentes de produtores para fora da atividade.

A categoria de agricultores minifundiária se apresenta como a mais dinâmica e diversificada, apesar de apresentar as áreas reduzidas e menos férteis e planas. As propriedades apresentam variações nos sistemas de produção desenvolvidos, caracterizados de acordo com as condições de cada propriedade e racionalidade de cada produtor. Organizados entre si, para superar os problemas que iam desde a falta de tração mecanizada às dificuldades de comercialização, essa categoria passa a ser respeitada a nível municipal por sua agregação de valor à produção.

Ainda de acordo com os resultados relacionados a dinâmica da agricultura no município evidenciam que a maior parte dos agricultores não apresentam dificuldade quanto a sua reprodução social. No entanto a categoria minifundiária sem incentivos e políticas públicas voltadas a sua realidade terá dificuldades de se manter somente de atividades agrícolas no médio longo prazo

É evidente que nos novos tempos rurais se percebe que o desenvolvimento econômico e social dos pequenos municípios brasileiros, acontece na medida em que há o fortalecimento da agricultura familiar. Portanto esse processo acontece no momento que se substituem processos e práticas tradicionais e empíricas, por processos e práticas mais racionais, adequadas a cada grupo e sobretudo com o apoio de políticas públicas voltadas a cada realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

ABRAMOVAY, R.. **Uma nova extensão para a agricultura familiar**. IN: Seminário nacional de assistência técnica e extensão rural. Brasília, 1997. Texto para discussão, 29.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidade: novas identidades em construção**, 1997. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/indexie.html>. Acessado em: 01 de outubro de 2015.

CORONEL BARROS. Dados coletados junto à Prefeitura Municipal (comunicação oral e apontamentos). Coronel Barros, 2015.

CORONEL BARROS. **Plano Ambiental Municipal**. Coronel Barros, 2007.

CREMONESE, Djalma. **Capital Social e padrões de participação político-social em Ijuí-RS**. Tese de doutorado defendido no programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, 2006. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/319/1/Dejalma+Cremonese.pdf>. Acesso em: 10 outubro 2015.

DUFUMIER, M. **Projetos de Desenvolvimento Agrícola**: manual para especialistas. [tradução de Vitor de Athayde Couto]. Salvador: EDU. FBA, 2007.

FEE – Fundação Econômica e Estatística. Corede Noroeste Colonial. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalhe.php?corede=Noroeste+colonial. Acessado em: 27 de setembro de 2015.

FURTADO, R. FURTADO, E. **A intervenção participativa dos atores (INPA) – uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável**. Brasília: IICA, 2000.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. Ed., São Paulo: Editora Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo de 2010, 2013. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rio_grande_do_sul.pdf. Acesso em: 10 outubro 2015.

LAMARCHE, H. Introdução geral. **A Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. v.1, p. 13-33.

MACROZONEAMENTO Ambiental. In: **Atlas Sócio Econômico Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=545>. Acessado em março 2016.

MANUAL DE CRÉDITO RURAL. 2001. Disponível em: <http://www3.bcb.gov.br/mcr/>. Acessado em: 01 de outubro de 2015.

MORENO, J.A. **Clima do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria de Agricultura, Diretoria de Terras, 1961. 42 pg.

SARACENO, E. **Conceito de ruralidade: problema de definição em escala Européia**. Tradução de Angela Kageyama, 1997. Capturado em 22 de set. 2000. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/indexie.html>. Acessado em: 01 de outubro de 2015.

SCHNEIDER, S. **O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural.**
In: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. 2005, Textos para discussão.
Brasília/DF

STRECK, E.V.; KÄMPF, N.; DALMOLIM, R.S.D.; KLAMT, E.; NASCIMENTO, P.C.;
SCHNEIDER, P. **Solos do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, 2002. 107p.

TEDESCO, J. C Apresentação. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura Familiar:
realidades e perspectivas.** 3. ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001. p. 11-17.